



PREFEITURA DE
BOA VIAGEM



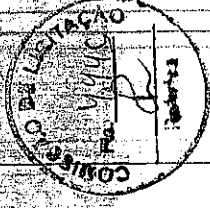
À Secretaria de Educação

Senhor(a) Secretário(a),

Encaminhamos cópia do recurso interposto pela empresa **ABRAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS EVENTOS E LOCAÇÕES LTDA-EPP**, participante da Concorrência Pública nº 2023.03.01.002. Acompanhamos presente recurso as laudas do processo nº 2023.03.01.002, juntamente com as devidas informações e pareceres desta equipe sobre o caso.

Boa Viagem/CE, 14 de junho de 2023.





À Secretaria de Educação

INFORMAÇÕES EM RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2023.03.01.002

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO

RECORRENTE: ABRAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS EVENTOS E LOCAÇÕES LTDA-

EPP

Este (a) Presidente da Comissão de Licitação informa à Secretaria de Educação acerca do Recurso Administrativo interposto pela empresa em epígrafe, a qual pede reconsideração de nossa decisão que a inabilitou.

DOS FATOS

Insurge-se a recorrente em face de sua inabilitação para o certame em epígrafe, argumentando, em suma, que os atestados acostados para averiguação da capacidade técnica-operacional e profissional apresentados pela empresa apresentam as parcelas de maior relevância superiores ao exigido em edital e por isso demonstram compatibilidade com objeto da licitação.

Diante do exposto, passamos às devidas considerações.

DO MÉRITO

De início, cabe ressaltar que nossos posicionamentos se acostam sempre aos Princípios basilares da Administração Pública, notadamente aqueles afetos às licitações e contratos públicos, em conformidade com o disposto no art. 3º, caput, da Lei de Licitações, *in verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.



Nesse sentido, nosso entendimento está pautado nas normas pátrias a reger a atuação pública.

Inicialmente, importa informar que a recorrente insurge-se contra a decisão que a inabilitou alegando que o acervo apresentado demonstrou a qualificação da empresa para construção de escolas no padrão FNDE, conforme exige o instrumento convocatório. Argumenta ainda que deveria ter sido habilitada para o certame, uma vez que os atestados apresentados pela empresa apresentam parcelas de maior relevância referentes a itens superiores ao constantes no edital e com isso, hábeis para comprovar a capacitação técnica exigida, de tal forma a atender aos objetivos traçados pela administração pública.

A respeito da qualificação técnica interessa destacar os termos do instrumento convocatório, a seguir:

CAPACITAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL (PROFISSIONAL)

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UND
4.11.1	100775	ESTRUTURA METALICA DE COBERTURA AÇO ASTM A36, INCLUSO PERFIS METALICOS, CHAPAS METALICAS E PINTURA	KG
	C4022	PISO DE GRANITINA COM JUNTA PLASTICA A CADA 1,0M	M²
7.1.1	94216	TELHA METALICA TERMOACUSTICA TRAPEZOIDAL COM PREENCHIMENTO EM PIR 30 MM, 0,5 X 0,43MM	M²

CAPACITAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL TEMPORAL

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UND	QTD.	%
4.11.1	100775	ESTRUTURA METALICA DE COBERTURA AÇO ASTM A36, INCLUSO PERFIS METALICOS, CHAPAS METALICAS E PINTURA	KG	43.623,36	30%
	C4022	PISO DE GRANITINA COM JUNTA PLASTICA A CADA 1,0M	M²	1.408,50	30%
7.1.1	94216	TELHA METALICA TERMOACUSTICA TRAPEZOIDAL COM PREENCHIMENTO EM PIR 30 MM, 0,5 X 0,43MM	M²	1.442,97	30%

Obs.: Através de Atestado (s) de Capacidade Técnica, perfurando-se a soma das quantidades dos itens de parcela de relevância dos atestados para atendimento da afiançada necessária.

Sendo o que se é adequado ao preloje a Lei.

Diante do enfrentamento à matéria de ordem técnica, fora solicitado parecer do setor técnico (que segue em anexo), que concluiu nos seguintes termos:

Em resposta ao recurso oferecido pela empresa **ABRAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**



inscrição no CNPJ N° 12.044.788/0001-7, que tem como objeto a **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) ESCOLAS DE 9 SALAS PADRÃO FNDE, CONFORME TERMOS DE COMPROMISSO N° 202142895-1 E 202142897-1, que tem a referida empresa declarada como INABILITADA, pela comissão de licitação, havendo esta julgado que a referida empresa não atendeu aos requisitos do edital, que tem como os itens às parcelas de maior relevância exigidos para fins de demonstração de qualidade técnica, disposta da seguinte forma:**

-Qualificação Operacional

b) ITEM 10.1.3 - CÓDIGO C4022 - PISO DE GRANITINA COM JUNTA PLÁSTICA A CADA 1,0M - UND M2 - ≥ QTD 1.408,50 - 30%

c) ITEM 7.1.1 - CÓDIGO 94216 - TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA TRAPEZOIDAL COM PREENCHIMENTO EM RIR 30MM, 0,5 X 0,43 MM - UND M2 - ≥ QTD 1.442,97 - 30%

Qualificação Profissional

b) ITEM 10.1.3 - CÓDIGO C4022 - PISO DE GRANITINA COM JUNTA PLÁSTICA A CADA 1,0M - UM M2

Deferindo assim pelo recurso administrativo encaminhado, que a qualificação Operacional: b) ITEM 10.1.3 - CÓDIGO C4022 - PISO DE GRANITINA COM JUNTA PLÁSTICA A CADA 1,0M - UND M2 - ≥ QTD 1.408,50 - 30% É SUPERIOR OU NO MÍNIMO SIMILAR, ao

exigido no edital. No entanto as CAT332/2015, CAT000331/2015 e CAT000334/2015 NÃO APRESENTAM as parcelas SUPERIOR OU

NO MÍNIMO SIMILAR à qualificação Operacional: c) ITEM 7.1.1 - CÓDIGO 94216 - TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA TRAPEZOIDAL COM PREENCHIMENTO EM RIR 30MM, 0,5 X 0,43

MM - UND M2 - > QTD 1.442,97 - 30%. No que se refere a qualificação Profissional fora constatado que a empresa não apresentou Profissional detentor de acervo técnico que conste a seguinte parcela de maior relevância a seguir: b) ITEM 10.1.3 -

CÓDIGO C4022 - PISO DE GRANITINA COM JUNTA PLÁSTICA A CADA 1,0M - UM M2. Diante das informações apresentadas e pelo não atendimento as requerendo no referido edital a empresa foi considerada como INABILITADA, respeitando assim os princípios e leis de licitação e atos administrativos.

BOAVIZEM
26-06-1743



A comprova o da capacidade técnica operacional e profissional tem o condão de demonstrar que as licitantes possuem aptidão para a execu o satisfatória do objeto do certame que estão participando. Dessa forma, os documentos que atestem essa capacidade devem demonstrar compatibilidade com o objeto da licita o. O que não foi manifesto nos documentos colacionados na fase de habilita o.

Diante da análise do acervo técnico acostado, verificou-se que a empresa não cumpriu um dos termos exigidos no instrumento convocatório, conforme demonstra a análise técnica supracitada. Os atestados de capacidade técnica colacionados não demonstraram que a empresa recorrida prestou serviços que são superiores ou no mínimo similar,   parcela de maior relevância disposta no item 4.2.3.2 alínea c do edital.

Nesse sentido, não   demais lembrar que a vincula o dos participantes aos exatos termos estipulados no Edital de Licita o   princípio fundamental do procedimento licitatório.

Neste mote, quanto ao Princípio da Vincula o do Instrumento Convocatório, este se encontra previsto no art. 41 caput da Lei n  8.666/93 que assim dispõe:

Art. 41. A Administra o não pode descumprir as normas e condi oes do edital ao qual se acha estritamente vinculada

Deste modo, acerca da matéria **Lucas Rocha Furtado**, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao **Tribunal de Contas da União Federal**.

"O instrumento convocatório   a lei do caso, aquela que irá regular a atua o t nto da administra o pública quanto dos licitantes. Esse princípio   mencionado no art. 3  da Lei de Licita oes, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administra o não pode descumprir as normas e condi oes do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". 1(grifo)

Portanto, a Administra o, durante o processo licitatório, não pode se afastar das normas por ela mesma estabelecidas no edital, pois para garantir segurança às rela oes jurídicas decorrentes do certame, bem como para assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes,   necessário observar rigorosamente as disposi oes constantes do instrumento convocatório.



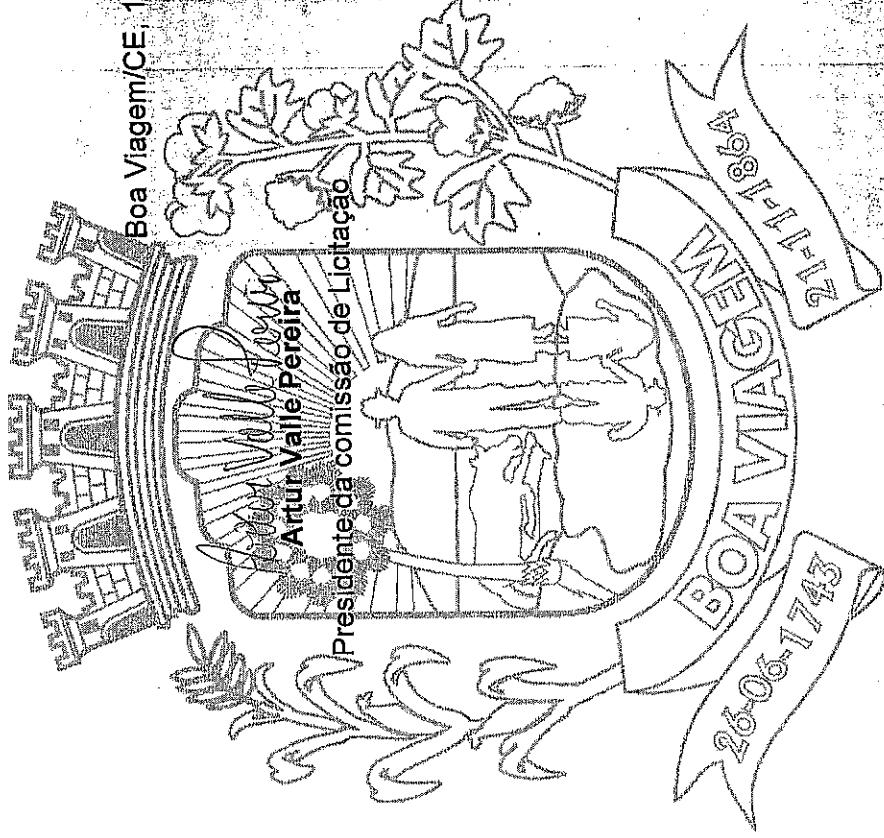
PREFEITURA DE
BOA VIAGEM



Diante do exposto, não assiste razão à recorrente, uma vez que os documentos em questão não comprovam a compatibilidade das atestações para o cumprimento das exigências de qualificação técnica operacional e profissional. Portanto, a empresa não atende aos critérios de habilitação estabelecidos no edital do certame.

DA DECISÃO

Diante do exposto, somos pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** do recurso interposto pela empresa **ABRAV CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EVENTOS E LOCAÇÕES LTDA-EPP**, permanecendo inabilitada a recorrente no certame em tela.



Boa Viagem/CE, 14 de junho de 2023.